

PRÁTICAS DE DISCLOSURE ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL NAS MAIORES EMPRESAS DO BRASIL

PRACTICES OF ECONOMIC AND ENVIRONMENTAL DISCLOSURE IN MAJOR BRAZILIAN COMPANIES

Data de submissão: 10-07-2013

Aceite: 19-07-2014

Vanessa Ingrid da Costa Cardoso¹

Márcia Martins Mendes De Luca²

Tatiana Aquino Almeida³

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo principal investigar as práticas de evidenciação sob o enfoque da sustentabilidade nas maiores empresas do país, com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). Adicionalmente, verifica-se o disclosure levando em conta a natureza das atividades das empresas em relação ao seu potencial de impacto ambiental, conforme disposição da lei n. 10.165/2000. Para tanto, procedeu-se uma pesquisa qualitativa com Análise de Conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de 33 empresas que publicaram relatórios modelo GRI no período 2009-2010. Os resultados mostraram um elevado nível de disclosure, destacando-se as empresas com alto potencial de poluição. Além disso, percebeu-se que os indicadores sociais são os que mais proporcionam às empresas a oportunidade de discursar acerca de suas práticas voltadas para os colaboradores e a sociedade, ao passo que os indicadores econômicos e os ambientais se revelaram mais objetivos, sendo geralmente apresentados em forma de ilustrações. Identifica-se a busca das empresas pela sua legitimidade no mercado, já que é por meio da divulgação dessas informações que expõem suas principais medidas voltadas para a melhoria de vida das pessoas, bem como para a preservação do meio ambiente, afetando diretamente a sua imagem perante os stakeholders.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Evidenciação. Global Reporting Initiative.

1 Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará, UFC e mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará, UFC. Atualmente é professora assistente do Centro Universitário Estácio do Ceará e coordenadora de logística da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Fortaleza. Ceará. Brasil. E-mail: nessaingrid@gmail.com

2 Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza, UNIFOR, mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, USP e doutorado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, USP. Fortaleza. Ceará. Brasil. E-mail: marciadeluca@ufc.br

3 Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará, UFC e mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará, UFC. Fortaleza. Ceará. Brasil. E-mail: tatianaaquino.ufc@gmail.com

ABSTRACT

The present study aims at investigating disclosure practices from a sustainability point of view in major Brazilian companies according to guidelines by GRI, Global Reporting Initiative. Additionally, disclosure is verified by taking into consideration the nature of company activities in relation to their potential for environmental impact, according to disposition by law number 10.165/2000. In order to do that, there was a qualitative research with an analysis of content of sustainability reports by 33 companies which published GRI reports in the 2009-2010 period. The results showed a high level of disclosure with a highlight on companies considered to have great potential for pollution. Besides that, it was perceived that the social indicators are the ones that provide companies with the most opportunities to talk over their practices towards collaborators and society while economic and environmental indicators proved more objective, being generally presented as illustrations. It is possible to identify the companies' search for market legitimacy, since it is through the announcement of such information that these companies display their main measures towards the improvement of people's lives as well as environmental preservation, which directly affect their image before stakeholders.

Keywords: Sustainability. Disclosure. Global Reporting Initiative.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o meio empresarial vem sofrendo mudanças decorrentes da demanda social, a qual exige das empresas uma adaptação a um novo modelo de expansão de capital, mediante adoção de postura mais responsável perante o meio em que atuam. Tais mudanças são oriundas não apenas de novos padrões de consumo da sociedade, mas também da conjugação de elementos que sugerem que os paradigmas de gestão não se limitem ao lucro.

Nesse sentido, observa-se que as atividades empresariais se expandem para além da dimensão econômica. Strobel, Coral e Selig (2004) afirmam que, nesse contexto, o enfoque econômico dá lugar a um conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável, em que as metas de crescimento econômico (dimensão econômica) são associadas aos esforços de redução dos efeitos nocivos ao meio ambiente (dimensão ambiental) e à melhoria das condições de vida em sociedade (dimensão social).

Tais dimensões são contempladas pelo conceito de sustentabilidade empresarial, o qual tem sido tema permanente de discussão no meio acadêmico e em transição contínua no meio empresarial, já que diversas empresas vêm se adaptando de forma acelerada às práticas sustentáveis, que representam, atualmente, um aspecto estratégico emergente (BENITIS; POLO, 2013).

A sustentabilidade pressupõe práticas por meio das quais as empresas suprem as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras e, além disso, garantem uma boa imagem mercadológica para seus produtos e serviços, ao demonstrar respeito e preocupação com as condições do meio ambiente e da sociedade (DELAÍ; TAKAJASHI, 2008; CIOFI, 2010; CARDOSO et al., 2013).

Segundo Moraes Neto, Pereira e Maccari (2012, p. 111), "a sustentabilidade se demonstra na intenção das companhias de agregarem questões socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizarem-se pelas consequências de suas decisões e ações na sociedade e no meio ambiente.". Logo, é possível ainda inserir na discussão o caráter estratégico que a mesma representa nas empresas.

O relatório de sustentabilidade (em alguns casos, chamado de relatório anual) é o documento no qual as empresas evidenciam as informações relativas à sustentabilidade pela perspectiva do Triple Bottom Line (TBL), que é a convergência entre as abordagens da sustentabilidade, também chamado de tripé da sustentabilidade, abrangendo as perspectivas (ou dimensões) econômica, social e ambiental (NORMAN; MACDONALD, 2003).

Segundo Sampaio et al (2010), o nível de evidenciação de informações socioambientais aumentou significativamente nos últimos anos, refletindo a crescente preocupação das empre-

sas com questões voltadas para as três citadas abordagens. Complementarmente, percebe-se que a disponibilização dessas informações para os *stakeholders* representa uma ferramenta para a conquista de legitimidade no mercado, haja vista que tais informações referem-se às preocupações de natureza social e ambiental da sociedade (HOPWOOD, 2009; SAMPAIO et al, 2010).

Alguns estudos sugerem que as práticas sustentáveis e sua consequente divulgação se fazem mais presentes nas empresas cujas atividades são potencialmente poluidoras, já que estas travam um relacionamento mais estreito com o meio socioambiental e, por isso, são mais pressionadas pelos *stakeholders* (ASBAHR, 2007; CIOFI, 2010). Isso se dá pelo fato de o risco ambiental ser intrínseco às atividades consideradas poluidoras em razão da natureza do processo produtivo, acarretando maior preocupação das empresas com as questões socioambientais. Ciofi (2010) comenta que deveria haver condições de igualdade entre as empresas, no que diz respeito ao aprimoramento e demonstração de práticas sustentáveis.

A lei n. 10.165, de 27 de dezembro de 2000, que altera a lei n. 6.938, de 31/08/1981, e dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, relaciona as atividades potencialmente poluidoras, a partir dos respectivos graus de utilização dos recursos naturais pelas empresas, classificando as atividades, segundo os potenciais de poluição, em pequeno, médio e alto.

Considerando a importância da divulgação das informações sob o enfoque da sustentabilidade e a natureza das atividades da empresa em relação ao seu potencial de poluição, a questão de pesquisa que se procura responder é: Quais são as práticas de evidênciação relativas às perspectivas econômica, social e ambiental das maiores empresas do Brasil, conforme a natureza das suas atividades?

Pressupõe-se que as empresas cujas atividades são classificadas como potencialmente poluidoras adotam práticas de evidênciação mais consolidadas, já que são mais exigidas pela própria sociedade no que concerne aos investimentos no bem-estar social e na preservação do meio ambiente, além de estarem mais presentes nas discussões voltadas para a busca de mitigar os impactos de suas atividades no meio ambiente (ASBAHR, 2007; CIOFI, 2010).

O presente estudo se desenvolve, portanto, com o objetivo geral de investigar as práticas de evidênciação das maiores empresas brasileiras sob o enfoque da sustentabilidade, conforme a natureza das suas atividades. Para alcançar esse objetivo, o estudo procedeu a uma pesquisa qualitativa, incluindo a Análise de Conteúdo das informações contidas em relatórios de sustentabilidade elaborados conforme diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) referentes aos exercícios de 2009 e 2010. A amostra reuniu 33 empresas selecionadas dentre as 500 maiores do Brasil, segundo a classificação da Revista Exame Melhores e Maiores, edição 2011.

Percebe-se a relevância das recentes pesquisas sobre o tema, assim como que o crescimento econômico, a proteção ao meio ambiente e a preocupação social são componentes essenciais para a sustentabilidade empresarial. Logo, a presente pesquisa se justifica pelo crescimento da preocupação com o meio ambiente e com a conservação de recursos naturais essenciais, para a perpetuação da vida, concomitante ao desenvolvimento socioeconômico das empresas; e pelo consequente crescimento da demanda por pesquisas acerca da evidênciação de informações relativas à sustentabilidade. Ressalta-se ainda a relevância do estudo na medida em que verifica as práticas de divulgação dessas informações conforme o potencial de poluição das atividades das empresas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Sustentabilidade empresarial e relatório de sustentabilidade

Devido à intensificação do desenvolvimento de pesquisas científicas sobre sustentabi-

lidade, importa observar as origens do conceito. Segundo Machado, Machado e Corrar (2009), o tema foi tratado primordialmente, pelas disciplinas Economia Ambiental e Ética Empresarial, como um termo interdisciplinar, aplicável a várias áreas do conhecimento. Os autores entendem o conceito como uma questão de se estabelecer distribuição igualitária de bem-estar associado aos recursos naturais na dimensão intertemporal.

Esse conceito foi aprimorado ao longo dos anos, sendo posteriormente, voltado também para a gestão empresarial; daí o termo sustentabilidade empresarial. De acordo com Ciofi (2010), a sustentabilidade empresarial consiste na capacidade de as empresas realizarem as suas operações com menor impacto no meio ambiente, consumo mínimo de materiais e geração de menos resíduos e subprodutos para o meio ambiente. O autor ressalta ainda que a prática sustentável pode gerar bons resultados para as empresas.

Logo, além de conciliar a operacionalização de práticas socialmente responsáveis com a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade empresarial se caracteriza pela gestão eficiente, responsável e sustentável, gerando benefícios para todas as partes interessadas, que investem recursos financeiros, produzem ou utilizam serviços, ao mesmo tempo em que resguarda o ambiente externo.

O conceito de sustentabilidade está diretamente associado ao conceito TBL, que consiste na convergência entre o sucesso econômico, a ética e as boas práticas sociais, a responsabilidade social e a preocupação com o meio ambiente (NORMAN; MACDONALD, 2003).

Assim, a partir do conceito TBL, a entidade deve criar um ambiente economicamente sadio, socialmente justo e ambientalmente responsável, para, assim, minimizar os danos resultantes de sua atuação, assim como conquistar a sustentabilidade. A abordagem e a aplicabilidade dos conceitos de sustentabilidade considerando o TBL têm sido cada dia mais intensas, com forte repercussão nas decisões de mercado, sobretudo na forma de disponibilização das informações que dizem respeito às práticas sustentáveis, admitindo-se que é por meio da inovação nas práticas de sustentabilidade e sua apresentação ao mercado que as empresas são conduzidas a gestão estratégica almejando também o melhor desempenho (GOMES JUNIOR; COMES, 2010; BENITES; POLO, 2013; PINSKY; DIAS; KRUGLIANSKAS, 2013).

Quanto à evidenciação de informações relativas à sustentabilidade, os relatórios de sustentabilidade constituem os veículos por meio dos quais as empresas apresentam aos *stakeholders* as informações relativas às suas práticas sustentáveis. Organizações não governamentais como o Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) empreendem esforços para estabelecer orientações sobre a evidenciação de informações relativas à sustentabilidade.

O Instituto Ethos criou os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, representados em um conjunto de indicadores relativos às práticas de responsabilidade social, que contribui para o planejamento de estratégias e monitoramento do desempenho geral das empresas, abordando temas como ética, transparência e governança, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo e sociedade (RODRIGUES, 2005; DELAI; TAKAHASHI, 2008).

Dentre as contribuições do Ibase para a evidenciação de informações sustentáveis, destacam-se as diretrizes para publicação de informações sociais e ambientais na estrutura de um modelo de balanço social. O balanço social modelo Ibase apresenta informações como indicadores sociais internos, indicadores sociais externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial (COSTA, 2012).

Internacionalmente, a GRI se destaca como instituição de grande relevância quanto à disponibilização de diretrizes para a evidenciação de práticas empresariais socialmente responsáveis. Suas diretrizes são referência mundial para as empresas que buscam comparabilidade dos números em relação à sustentabilidade empresarial, sendo considerado o modelo mais completo de apresentação das informações específicas de sustentabilidade (COELHO, 2004).

Verifica-se uma contínua busca pelo estabelecimento de diretrizes capazes de evidenciar eficientemente as ações empresariais socialmente responsáveis, no sentido de contemplar as perspectivas estabelecidas pelo conceito TBL e estabelecer ações corporativas voltadas à consciência moral para com os *stakeholders* e o ambiente (MILANI et al., 2012). Nesse sentido, vale a pena analisar os resultados dos estudos empíricos já realizados sobre a evidenciação de informações relativas à sustentabilidade empresarial.

2.2 Evidenciação de informações socioambientais e a Teoria da Legitimidade

No âmbito nacional, assim como no contexto internacional, verifica-se uma ampla discussão acerca dos aspectos socioambientais das empresas, principalmente em se tratando da forma pela qual as ações empresariais socialmente responsáveis vêm sendo divulgadas. Essas discussões são geralmente fundamentadas em algumas abordagens teóricas, destacando-se a Teoria do Disclosure Voluntário, a Teoria da Sinalização e a Teoria da Legitimidade, tanto no contexto nacional (NOSSA, 2002; CALIXTO; BARBOSA; LIMA, 2007; MURCIA et al, 2008; FARIAS; RIBEIRO, 2009; ROVER; BORBA; MURCIA, 2009; ROVER; MURCIA, 2010; SAMPAIO et al, 2010; OLIVEIRA; MACHADO; BEUREN, 2012) quanto no cenário internacional (CAMPBELL, 2003; ALTUWAIJRI; CHRISTENSEN; HUGHES II, 2004; HOSSAIN; ISLAM; ANDREW, 2006; BRAMMER; PAVELIN, 2008; STANNY; ELY, 2008; SPENCE, 2009; KAENZIG et al, 2011).

Nossa (2002, p. 15) salienta a importância da correta divulgação das práticas voltadas para a sociedade e o meio ambiente, ao recomendar que “além da ênfase dimensionada com a preservação e recuperação ambiental, as empresas devem estar aptas a informar aos seus *stakeholders* suas atividades e desempenhos ambientais”. Sobre a associação entre a disseminação dessas práticas e sua consequente divulgação, Farias e Ribeiro (2009, p. 2) opinam que “a melhora no desempenho ambiental tende a afetar a política de divulgação ambiental, no intuito de demonstrar aos *stakeholders* suas intenções e iniciativas para evitar a degradação do meio ambiente e afetar positivamente a sua avaliação”.

As pesquisas sobre o *disclosure* socioambiental já citadas procuraram discutir principalmente as formas pelas quais as informações são evidenciadas. Algumas dessas pesquisas abrangem setores específicos, como papel e celulose (NOSSA, 2002), mineradoras (SAMPAIO et al, 2010), automotivo, farmacêutico, eletrônico e bancário (KAENZIG et al, 2011). Além disso, estudos desenvolvidos por Rover, Borba e Murcia (2009), Murcia et al (2008) e Brammer e Pavelin (2008) constataram que as empresas que desempenham atividades potencialmente poluidoras assinalaram alto nível de divulgação de informações socioambientais.

Adicionalmente, percebeu-se que a análise desses estudos se deu, primordialmente, com base nos relatórios anuais e de sustentabilidade, identificando-se ainda pesquisa voltada para a análise também de demonstrações financeiras e relatórios de administração (MURCIA et al, 2008). Uma delas comparou informações apresentadas em relatórios ambientais com dados disponibilizados via internet (CALIXTO; BARBOSA; LIMA, 2007), observando-se várias divergências quanto à disponibilização de informações pelas duas modalidades de comunicação.

Outro elemento importante analisado nesses estudos é o contexto em que as pesquisas foram realizadas, geralmente em economias de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Ressalte-se que as pesquisas acerca dos aspectos socioambientais implementadas no Brasil são mais atuais, por ser ainda incipiente no país a investigação científica de práticas de divulgação socioambiental.

Percebeu-se ainda que os autores discutem também a relação entre o *disclosure* socio-

ambiental e variáveis como custo do capital próprio (LIMA, 2007; ROVER; MURCIA, 2010), desempenho ambiental e desempenho econômico (FARIAS; RIBEIRO, 2009; AL-TUWAIJRI et al, 2004) e as características das empresas (NOSSA, 2002; LIMA 2007; MURCIA et al, 2008).

Quanto à fundamentação teórica das pesquisas, verificam-se as abordagens da Teoria da Legitimidade (CAMPBELL, 2003; SAMPAIO et al, 2010; OLIVEIRA; MACHADO; BEUREN, 2012) e da Teoria da Divulgação (LIMA, 2007; ROVER; BORBA; MURCIA, 2009; ROVER; MURCIA, 2010), e ainda estudos que observam o isomorfismo nas evidências, levando em conta a Teoria Institucional (SAMPALIO et al, 2010; OLIVEIRA; MACHADO; BEUREN, 2012).

Ressalte-se que o presente estudo considera a disponibilização de informações de caráter socioambiental e econômico uma busca de legitimidade perante o mercado. De acordo com Oliveira, Machado e Beuren (2012), a legitimidade é alcançada na medida em que a sociedade percebe que a empresa atua em conformidade com as normas e valores vigentes. Nesse sentido, a conquista da legitimidade não se limita a um só aspecto, nem muito menos a aspectos definidos em um só contexto, já que há uma dinâmica das expectativas do mercado quanto à atuação das empresas, considerando que o mercado compreende todos os *stakeholders* das empresas, suas partes interessadas, e que seus interesses são diversos e suas expectativas podem mudar.

De acordo com Islam e Deegan (2008), a Teoria da Legitimidade defende que as empresas devem buscar a contínua certificação de que sua atuação está em conformidade com normas e valores aceitos pela sociedade, bem como assegurar que suas atividades são 'legítimas' para a sociedade.

Em se tratando da Teoria da Legitimidade no contexto da divulgação de informações socioambientais, Farias (2008) ressalta que tal divulgação pode ser considerada uma ferramenta para a conquista da legitimação da "vontade social" e é implementada devido à preocupação com a percepção que os *stakeholders* têm da empresa e da forma com que estes são expostos às informações sobre a atuação da empresa. Farias (2008) salienta ainda que a divulgação dessas informações varia entre as empresas segundo, por exemplo, o setor, a região de instalação, o tamanho e o nível de impacto ambiental produzido por seus processos produtivos.

Vale ressaltar ainda que o presente estudo analisa o *disclosure* econômico e socioambiental das empresas conforme a natureza de suas atividades, considerando o potencial de impacto ambiental de suas atividades, regulamentado pela lei n. 10.165, de 27/12/2000. Segundo Machado, Nascimento e Murcia (2009), sob o contexto da Teoria da Legitimidade, pode-se afirmar que as empresas potencialmente poluidoras são mais pressionadas por parte da sociedade a investir, adotar práticas socialmente responsáveis e divulgá-las, visto que devem buscar novas formas de mitigar os impactos causados ao meio ambiente, no sentido de preservá-lo, como forma de alcançar legitimidade social.

Corroborando essa ideia, Deegan e Blomquist (2006) e Cho e Patten (2007) afirmam que a divulgação de informações socioambientais representa um meio para conquista, manutenção e recuperação da legitimidade empresarial. Segundo Parsa e Kouhy (2001), a evidênciação por meio de relatórios tem por propósito divulgar atividades e conquistar a legitimidade de comportamentos e ações. Por esse motivo, acredita-se que a partir da apresentação de informações de caráter econômico, financeiro, patrimonial e social, a empresa pode evidenciar o diferencial para seus *stakeholders*, propiciando-lhes subsídios para análise e acompanhamento de sua atuação e desempenho.

Contudo, apesar da relevância do *disclosure* para fins de legitimação no mercado e da consequente necessidade de práticas de divulgação mais consistentes, ainda não há, segundo Nossa (2002), consenso quanto ao conteúdo que deve ser inserido nos relatórios. Campos et al. (2013) ressaltam que ocorre um processo histórico de evolução de relatórios de sustentabilidade de acordo com as tendências de mercado e que, apesar da ausência de um modelo único,

admite-se que o modelo estabelecido pela Global Reporting Initiative (GRI) é o mais utilizado no mundo. Nesse sentido, a presente pesquisa destina-se a analisar as práticas de *disclosure* das empresas considerando seus relatórios de sustentabilidade sob a perspectiva do referido modelo.

3 METODOLOGIA

O presente tópico apresenta os procedimentos metodológicos adotados com vistas ao alcance do objetivo da pesquisa.

O estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, já que expõe as características e os aspectos relacionados ao *disclosure* de informações econômicas e socioambientais das empresas, assim como a sua classificação segundo o potencial poluidor de cada uma, a partir da natureza de suas atividades (RICHARDSON et al., 2009). Quanto aos procedimentos, o estudo consiste na realização de pesquisa documental a partir de fonte secundária, constituída de relatórios de sustentabilidade disponibilizados nos *websites* das empresas. Esses relatórios forneceram elementos suficientes para avaliação do *disclosure* das empresas pesquisadas, sob os aspectos econômico, social e ambiental.

No que concerne à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa. Levando em conta a natureza e a abordagem de pesquisar as articulações passíveis de serem observadas sobre as práticas de evidenciação pela ótica da sustentabilidade das maiores empresas brasileiras, conforme a natureza das suas atividades, entende-se adequada a modalidade de pesquisa qualitativa, que, segundo Richardson et al. (2009), indica um caminho científico que busca compreender de forma detalhada significados e características situacionais que se apresentam em um dado momento e contexto.

As informações evidenciadas nos relatórios foram submetidas à Análise de Conteúdo, que, segundo Bardin (2004), consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que procura obter informações relativas às características das mensagens disponibilizadas e possibilitar a inferência acerca de conhecimentos relativos à percepção dessas mensagens.

Quanto à delimitação do espaço temporal, vale ressaltar que, primeiramente, considerou-se o universo das 500 maiores empresas brasileiras do *ranking* da edição 2011 da Revista Exame Melhores e Maiores. Para definição da amostra da pesquisa, foram selecionadas as empresas que evidenciaram relatórios de sustentabilidade com base nas diretrizes da GRI nos anos 2009 e 2010. A Tabela 1 mostra a distribuição das 33 empresas da amostra, por setor de atuação e potencial de poluição.

Tabela 1 – Distribuição quantitativa e proporcional das empresas da amostra por setor de atuação e potencial de poluição

| Setor de atuação | Potencial de poluição | Quantidade | Proporção (%) |
|-------------------------|-----------------------|------------|---------------|
| Autoindústria | Alto | 1 | 3,0 |
| Bens de Consumo | Alto | 3 | 9,1 |
| Energia | Médio | 17 | 51,5 |
| Farmacêutico | Alto | 1 | 3,0 |
| Indústria da Construção | Alto | 1 | 3,0 |
| Indústria Digital | Médio | 1 | 3,0 |
| Mineração | Alto | 1 | 3,0 |
| Papel e Celulose | Alto | 1 | 3,0 |
| Química e Petroquímica | Alto | 1 | 3,0 |
| Serviços | Médio | 2 | 6,2 |
| Siderurgia e Metalurgia | Alto | 1 | 3,0 |
| Telecomunicações | Médio | 2 | 6,2 |
| Varejo | Médio | 1 | 3,0 |
| TOTAL | | 33 | 100,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 1, o setor Energia, com 17 empresas, concentra mais da metade da amostra. Por sua vez, 23 das 33 empresas, ou seja, mais de 2/3, desempenham atividades de médio potencial de poluição, enquanto as 10 restantes apresentam alto potencial de poluição, segundo a classificação da lei n. 10.165, de 27/12/2000.

O relatório GRI constitui-se de indicadores essenciais e indicadores adicionais, sendo os primeiros geralmente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações, enquanto os adicionais refletem práticas emergentes que podem ser relevantes somente para algumas delas (GRI, 2006). Para o presente estudo, foram analisados os indicadores essenciais sugeridos pelo relatório GRI, nas perspectivas econômica, social e ambiental. O instrumento de coleta de dados considerou os indicadores essenciais contidos nos relatórios. A análise considerou separadamente os dois grupos de empresas classificadas conforme o potencial de poluição.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados foram compilados em planilha do *software* Microsoft Office Excel, seguindo-se a construção de ilustrações para melhor representar os resultados da pesquisa, analisados no presente tópico.

Aqui são apresentados os resultados obtidos a partir da Análise de Conteúdo, segmentados conforme as dimensões da sustentabilidade, ou seja, o *disclosure* dos indicadores essenciais econômicos, sociais e ambientais, conforme diretrizes da GRI.

4.1 Disclosure dos indicadores econômicos

O relatório GRI propõe sete indicadores econômicos essenciais, cujos níveis de divulgação são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Níveis de divulgação (%) dos indicadores econômicos segundo os potenciais de poluição das empresas – 2009 e 2010

| Indicador | 2009 | | 2010 | | Média do Biênio | |
|-----------|-------|-------|-------|-------|-----------------|------|
| | Médio | Alto | Médio | Alto | Médio | Alto |
| EC1 | 95,7 | 80,0 | 87,0 | 100,0 | 91,3 | 90,0 |
| EC2 | 52,2 | 80,0 | 52,2 | 80,0 | 52,2 | 80,0 |
| EC3 | 87,0 | 100,0 | 69,6 | 90,0 | 78,3 | 95,0 |
| EC4 | 69,6 | 70,0 | 69,6 | 80,0 | 69,6 | 75,0 |
| EC6 | 73,9 | 100,0 | 73,9 | 90,0 | 73,9 | 95,0 |
| EC7 | 69,6 | 90,0 | 69,6 | 80,0 | 69,6 | 85,0 |
| EC8 | 82,6 | 80,0 | 56,5 | 70,0 | 69,6 | 75,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 2, as empresas que desempenham atividades de alto impacto ambiental são aquelas que apresentam os níveis de *disclosure* mais elevados. Vale salientar que em 2010 diminuiu a quantidade de empresas que divulgaram os indicadores econômicos.

Em relação ao indicador EC1 – que trata do valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos –, observou-se que as empresas sempre o divulgam de forma correta, ou seja, expõem valores e respectivas composições.

O indicador EC2 – que expressa as implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas – também foi bastante evidenciado pelas empresas da amostra, sendo que três delas o apresentaram destacando que não havia sido feito o cálculo para avaliação de riscos.

Relativamente ao EC3 – referente à cobertura das obrigações do plano de aposentadoria –, as empresas admitem a participação de seus empregados em planos de previdência, com o copatrocínio patronal. Os relatórios também evidenciaram que a cobertura das obrigações é realizada pelas contribuições, acrescidas da rentabilidade dos investimentos.

Em relação ao indicador EC4 – que trata da ajuda financeira recebida do governo –, verificou-se que, das empresas que o divulgaram, apenas uma, no caso a Sabesp, informou não haver recebido ajuda do governo.

As políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes, representadas pelo EC6, foram evidenciadas de forma incompleta, já que algumas empresas informaram não adotar uma política específica para a contratação prioritária de fornecedores locais, enquanto outras tratavam a questão de forma indireta, evidenciando esse indicador de forma parcial.

Quanto aos procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados (indicador EC7) na comunidade local em unidades operacionais importantes, verificou-se o mesmo comportamento do indicador EC6, o qual foi evidenciado de forma parcial por várias empresas. Observou-se ainda que algumas empresas declararam não adotar tais procedimentos.

No que concerne ao desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços ofertados, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades *pro bono* (EC8), as empresas mostraram tais informações de forma mais completa. O interesse em evidenciar esse indicador reside na apresentação de diversos benefícios resultantes de investimentos em infraestrutura e serviços, mostrando que as empresas buscam a melhoria contínua.

Segundo Pinsky, Dias e Kruglianska (2013), as informações relativas ao desempenho econômico empresarial referem-se a resultados alcançados a partir da postura sustentável das empresas, mas que são de suma importância para os *stakeholders*, por se tratar de uma das principais fontes de análise empresarial. Nesse sentido, observa-se que aspectos inerentes à melhoria econômica empresarial podem ser considerados como pontos de observância dos *stakeholders* para compreender de que forma as práticas estão retornando às empresas, ou seja, se as estratégias estabelecidas são eficazes e eficientes.

4.2 Disclosure dos indicadores sociais

Os indicadores sociais essenciais, segundo a GRI, são distribuídos em quatro categorias: Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (LA), Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos (HR), Indicadores de Desempenho Social (SO) e Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto (PR). De forma sintética, a Tabela 3 apresenta as principais informações relativas aos níveis de *disclosure* desses indicadores.

Tabela 3 – Níveis de divulgação (%) dos indicadores sociais segundo os potenciais de poluição das empresas – 2009 e 2010

| Indicador | 2009 | | 2010 | | Média do Biênio | |
|--|-------|-------|-------|-------|-----------------|-------|
| | Médio | Alto | Médio | Alto | Médio | Alto |
| Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente | | | | | | |
| LA1 | 100,0 | 100,0 | 82,6 | 100,0 | 91,3 | 100,0 |
| LA2 | 82,6 | 80,0 | 78,3 | 90,0 | 80,4 | 85,0 |
| LA4 | 95,7 | 100,0 | 78,3 | 80,0 | 87,0 | 90,0 |
| LA5 | 65,2 | 80,0 | 56,5 | 80,0 | 60,9 | 80,0 |
| LA7 | 95,7 | 90,0 | 82,6 | 80,0 | 89,1 | 85,0 |
| LA8 | 100,0 | 100,0 | 87,0 | 100,0 | 93,5 | 100,0 |
| LA10 | 87,0 | 80,0 | 82,6 | 100,0 | 84,8 | 90,0 |
| LA13 | 91,3 | 90,0 | 73,9 | 80,0 | 82,6 | 85,0 |
| LA14 | 73,9 | 80,0 | 78,3 | 80,0 | 76,1 | 80,0 |
| Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos | | | | | | |
| HR1 | 78,3 | 70,0 | 73,9 | 70,0 | 76,1 | 70,0 |
| HR2 | 69,6 | 80,0 | 65,2 | 80,0 | 67,4 | 80,0 |
| HR4 | 65,2 | 80,0 | 78,3 | 70,0 | 71,7 | 75,0 |
| HR5 | 78,3 | 80,0 | 69,6 | 80,0 | 73,9 | 80,0 |
| HR6 | 95,7 | 90,0 | 73,9 | 80,0 | 84,8 | 85,0 |
| HR7 | 100,0 | 90,0 | 82,6 | 80,0 | 91,3 | 85,0 |
| Indicadores de Desempenho Social | | | | | | |
| SO1 | 73,9 | 90,0 | 69,6 | 80,0 | 71,7 | 85,0 |
| SO2 | 60,9 | 80,0 | 52,2 | 90,0 | 56,5 | 85,0 |
| SO3 | 73,9 | 90,0 | 65,2 | 100,0 | 69,6 | 95,0 |
| SO4 | 78,3 | 80,0 | 73,9 | 90,0 | 76,1 | 85,0 |
| SO5 | 87,0 | 90,0 | 78,3 | 90,0 | 82,6 | 90,0 |
| SO8 | 65,2 | 70,0 | 65,2 | 70,0 | 65,2 | 70,0 |
| Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto | | | | | | |
| PR1 | 73,9 | 80,0 | 60,9 | 80,0 | 67,4 | 80,0 |
| PR3 | 65,2 | 100,0 | 65,2 | 80,0 | 65,2 | 90,0 |
| PR6 | 65,2 | 100,0 | 69,6 | 80,0 | 67,4 | 90,0 |
| PR9 | 60,9 | 70,0 | 56,5 | 70,0 | 58,7 | 70,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 3, as empresas com atividades de alto potencial de impacto ambiental apresentaram os maiores níveis de *disclosure*, exceto no tocante aos indicadores LA7, HR1 e HR7, em 2009 e 2010; e LA10, LA13 e HR6, em 2009, quando se observou o inverso.

Quanto aos Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, percebeu-se uma grande discrepância nos totais de empregados das empresas, variando de apenas 990, da Tractebel, até 103.300, da Vale. Ressalte-se que nem todas as empresas evidenciaram esse indicador na forma preconizada pela GRI. Com efeito, algumas informaram apenas a quantidade de empregados, sem especificar os tipos de contrato.

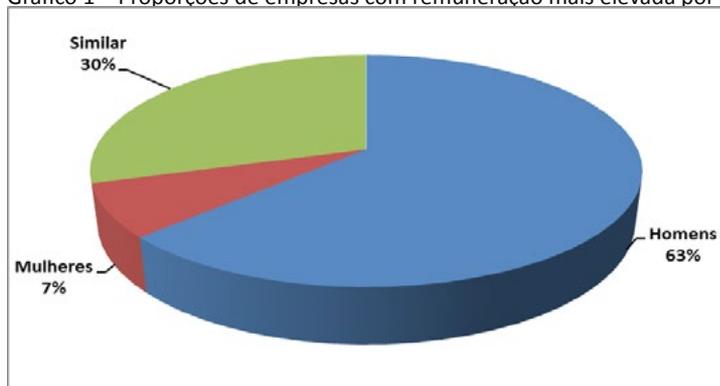
Verificou-se ainda que, em relação à rotatividade de empregados (LA2), o maior índice não passou de 34,8%, sugerindo que as empresas da amostra não adotam o *turnover* como política de RH.

Percebeu-se também que as empresas não costumam definir um prazo mínimo para a prévia notificação de mudanças operacionais. A maioria delas (19) somente na eminência de acontecer qualquer mudança é que realiza reuniões para definir o processo de sua implementação.

Em relação às lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos, percebe-se que as empresas não costumam promover discussões acerca das medidas cabíveis para diminuir tais ocorrências, limitando-se a apresentar as taxas correspondentes, em forma numérica, sem comentários adicionais. Não obstante, as informações relativas a treinamento são sempre bem enfatizadas, de forma discursiva, não se limitando a evidenciar as quantidades de horas despendidas para formação e desenvolvimento.

Quanto aos níveis salariais dos empregados, o Gráfico 1 mostra as proporções de empresas com remuneração mais elevada por gênero.

Gráfico 1 – Proporções de empresas com remuneração mais elevada por gênero (salário-base)



Fonte: Dados da pesquisa.

No Gráfico 1, observa-se que quase 2/3 das empresas remuneraram melhor os homens, registrando-se uma superioridade de até 119% dos seus salários-base em relação aos das mulheres exercentes das mesmas funções. Verificou-se também que quase 1/3 das empresas afirma remunerar os dois gêneros sem qualquer privilégio para qualquer um deles, sem, no entanto, explicitar os valores discriminadamente. A supremacia da remuneração das mulheres se verifica em menos de 1/10 das empresas.

No que concerne aos indicadores sociais relativos aos direitos humanos, percebeu-se que todas as empresas que firmaram contratos de investimentos significativos, assim como com fornecedores, incluíram cláusulas referentes à proteção dos direitos humanos. Entretanto, a maioria se limitou a evidenciar a inclusão de tais cláusulas. Apenas três empresas evidenciaram diretrizes corporativas exigindo medidas específicas no âmbito dos fornecedores como condição para a assinatura de contratos, como, por exemplo, a instituição de Código de Ética, Código de Conduta, Política de Desenvolvimento Sustentável e Política de Direitos Humanos.

Em relação à identificação de casos relativos a discriminação de qualquer espécie, a maioria das empresas evidenciou a sua incoerência. Algumas ocorrências se verificaram no período analisado, envolvendo quatro empresas no ano 2009 e seis empresas em 2010. Nesses casos, as empresas apresentaram as quantidades e descreveram as respectivas situações, registrando os casos em que já houve investigação de autenticidade. Destaca-se uma empresa que identificou 172 casos, dos quais 41% foram concluídos e os restantes 59% se encontram em processo de averiguação. Além disso, as empresas declinaram as medidas por meio das quais procuram diminuir a incidência de casos da espécie, tais como estímulo a convivência amigável e à cooperação, melhoria e informalização do ambiente de trabalho e facilitação da comunicação entre os colaboradores.

Além disso, em relação à ocorrência de trabalho infantil e trabalho forçado, verificou-se que nenhuma das empresas identificou casos relacionados a esses aspectos, enfatizando-se a importância do Código de Ética e seu objetivo de orientar as ações das empresas no sentido de coibir tais abusos. De forma geral, as empresas tratam os aspectos negativos visando à busca pela minimização ou até mesmo o impedimento de sua ocorrência. Contudo, é importante ressaltar que as empresas buscam demonstrar ações que possam contribuir para a conquista de melhor reputação corporativa, o que pode influenciar na discricionariedade de apresentação destas informações (ROVER et al., 2008). No que tange à essência deste item relativo ao trabalho infantil e forçado, especificamente, é evidente o efeito negativo para a imagem da empresa e consequente perda de sua reputação.

No que tange aos indicadores relativos aos aspectos sociais externos, ou seja, voltados para a sociedade, verificou-se, primeiramente, o indicador que apresenta a natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída. Acerca desse indicador, as empresas disponibilizaram bastante informação, direcionando seus relatos para todos os projetos promovidos em prol da comunidade. Nesse indicador, percebe-se claramente a busca pela legitimidade, principalmente porque é por meio desse indicador que as empresas podem apresentar os principais projetos voltados para beneficiar a comunidade, que, conseqüentemente, terá a oportunidade de avaliar o papel social da empresa, bem como de construir sua imagem e sua reputação.

Na sequência, foram analisados os indicadores relativos a corrupção. A maioria das empresas destacou que adota controle e avaliação de risco de corrupção. Apenas duas declararam não adotar tais procedimentos internos. Além disso, percebeu-se que todas as empresas realizam treinamentos voltados para políticas e procedimentos anticorrupção, destacando isso como ação para cumprir o Código de Ética. Algumas empresas salientaram que os treinamentos abordam também temas da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), reconhecida pelo caráter anticorrupção em relação a informações financeiras (CONSULTORIA DELOITTE, 2003). Sobre as medidas adotadas em resposta a casos de corrupção, as empresas afirmaram que os casos denunciados passam por criteriosa investigação. Sendo comprovada a corrupção ou não atendimento ao Código de Ética, adotam-se as medidas cabíveis, como o desligamento do colaborador e acionamento das autoridades competentes. Algumas empresas apenas relataram a não-ocorrência de casos da espécie, sem, no entanto, declinar quais medidas seriam implementadas na hipótese de virem a ocorrer.

Em relação a multas significativas e sanções não-monetárias decorrentes da não-conformidade com leis e regulamentos, as empresas apresentaram informações interessantes. Durante o período de análise, foram identificadas 18 ocorrências de pagamento de multa. A maioria das empresas evidencia essas ocorrências de forma objetiva, discriminando os respectivos valores. Outras registram também a origem das multas: não-conformidade no aspecto tributário, processos administrativos e judiciais.

Com relação aos Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto, percebeu-se que várias empresas não exercem atividades aplicáveis aos itens PR1 e PR3, dificultando assim uma comparação no aspecto evidenciação. A partir da análise, pôde-se identificar um aumento na evidenciação desses indicadores em 2010. Além disso, observou-se que 75% das empresas implementam programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de *marketing*, incluindo publicidade, promoção e patrocínio. Enquanto isso, verificou-se que as multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços mostraram-se pouco recorrentes. Com efeito, apenas uma empresa pagou multa devida ao descumprimento de normas relativas a esse aspecto.

4.3 Disclosure dos indicadores ambientais

Em relação à dimensão ambiental, o relatório GRI classifica 17 indicadores essenciais, segmentados conforme análise do meio ambiente, em Materiais, Energia, Água, Biodiversidade, Emissões, efluentes e resíduos, Produtos e serviços e Conformidade. Na Tabela 4, apresentam-se de forma sintética os níveis de divulgação de cada indicador.

Tabela 4 – Níveis de divulgação (%) dos indicadores ambientais segundo os potenciais de poluição das empresas – 2009 e 2010.

| Indicador | 2009 | | 2010 | | Média do Biênio | |
|-----------|-------|------|-------|------|-----------------|------|
| | Médio | Alto | Médio | Alto | Médio | Alto |
| EN1 | 56,5 | 80,0 | 56,5 | 90,0 | 56,5 | 85,0 |
| EN2 | 56,5 | 80,0 | 56,5 | 90,0 | 56,5 | 85,0 |
| EN3 | 87,0 | 80,0 | 69,6 | 80,0 | 78,3 | 80,0 |
| EN4 | 60,9 | 50,0 | 65,2 | 80,0 | 63,0 | 95,0 |
| EN8 | 78,3 | 90,0 | 73,9 | 90,0 | 76,1 | 90,0 |
| EN11 | 73,9 | 80,0 | 69,6 | 80,0 | 71,7 | 80,0 |
| EN12 | 65,2 | 80,0 | 65,2 | 70,0 | 65,2 | 75,0 |
| EN16 | 91,3 | 90,0 | 78,3 | 90,0 | 84,8 | 90,0 |
| EN17 | 56,5 | 60,0 | 47,8 | 70,0 | 52,2 | 65,0 |
| EN19 | 52,2 | 50,0 | 47,8 | 70,0 | 50,0 | 60,0 |
| EN20 | 52,2 | 50,0 | 56,5 | 60,0 | 54,3 | 55,0 |
| EN21 | 65,2 | 90,0 | 56,5 | 60,0 | 60,9 | 75,0 |
| EN22 | 87,0 | 90,0 | 69,6 | 80,0 | 78,3 | 85,0 |
| EN23 | 65,2 | 90,0 | 65,2 | 80,0 | 65,2 | 85,0 |
| EN26 | 82,6 | 80,0 | 82,6 | 90,0 | 82,6 | 85,0 |
| EN27 | 60,9 | 70,0 | 52,2 | 50,0 | 56,5 | 60,0 |
| EN28 | 69,6 | 70,0 | 73,9 | 90,0 | 71,7 | 80,0 |

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 4, observa-se um aumento na disponibilização de informações pelas empresas de alto impacto ambiental em 2010.

Os dois primeiros indicadores ambientais (EN1 e EN2) dizem respeito ao grupo Materiais, apresentando informações acerca dos materiais utilizados pelas empresas, bem como a sua proporção proveniente de reciclagem. Verificou-se que as empresas evidenciam a quantidade de materiais que utilizam em suas operações, bem como a proporção proveniente de reciclagem. Apenas três empresas limitaram-se a evidenciar a quantidade de materiais utilizados, sem especificar peso e volume. Os materiais provenientes de reciclagem estão evidenciados pelo indicador EN2, verificando-se, assim, que apenas 13 empresas utilizaram materiais reciclados.

Quanto ao grupo Energia (EN3 e EN4), percebeu-se que as empresas não divulgam o consumo de forma segmentada, tal como proposto no relatório GRI. Contudo, foi possível observar que a energia direta é a modalidade mais utilizada pelas empresas.

Em relação à retirada de Água (EN8), verificou-se que as empresas apresentaram informações bem detalhadas e, na maioria das vezes, em forma de ilustrações. As principais fontes de retirada de água apresentadas foram a rede pública de abastecimento e o subsolo – poço e captação própria.

Enquanto na dimensão social há um indicador a partir do qual as empresas podem expor seus principais projetos voltados para a sociedade e buscar a conquista da legitimidade (SO1), na dimensão ambiental também há alguns indicadores (EN11 e EN12) que são capazes de expressar, além da localização e tamanho da área protegida, a descrição de impactos significativos na Biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas com alto índice de biodiversidade não protegidas. Percebe-se que nesses indicadores as empresas também não limitam seus comentários.

Quanto ao grupo Emissões, efluentes e resíduos, observam-se informações eminentemente técnicas, as quais as empresas procuram evidenciar de maneira objetiva, geralmente em forma de ilustrações e sem comentários, haja vista o caráter objetivo das informações desses indicadores (EN16, EN17, EN19, EN20, EN21 e EN22).

De forma mais geral, o indicador EN26 propicia a análise das questões ambientais como um todo, apresentando iniciativas para mitigar os impactos ambientais de Produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos, que são as principais informações que as empresas procuram apresentar em seus relatórios de sustentabilidade, na perspectiva ambiental, já que evidenciam detalhadamente suas práticas em prol do meio ambiente, sendo, conseqüentemente, observadas pelos *stakeholders* como empresas preocupadas com o aspecto ambiental.

Finalmente, o indicador EN28 expõe o valor monetário de multas significativas e o número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais. Observou-se uma menor incidência de multas desse caráter, haja vista a permanente preocupação com a Conformidade com as leis e regulamentos ambientais, bem como com as práticas ambientais, visando minimizar o potencial de poluição ambiental.

Percebe-se que a perspectiva ambiental é a que propicia informações mais objetivas em relação aos meios naturais utilizados pelas empresas na sua operacionalização, bem como em relação aos meios adotados para mitigar as externalidades negativas proporcionadas pelas suas atividades; entendendo externalidades negativas como as ações de agentes refletindo no bem-estar de outros, sem a incorporação dos benefícios ou custos criados por parte dos responsáveis por essas ações. Se esse reflexo for de benefícios, pode-se classificá-lo como externalidade positiva; mas se for de custo, a externalidade é caracterizada como negativa (MAC-KNIGHT; YOUNG, 2006; ANTUNES, 2009).

A partir da apresentação dos principais indicadores evidenciados, verifica-se que as organizações buscam adotar as diretrizes emanadas pela GRI para apresentação de informações relativas à sustentabilidade. Quanto à análise das práticas de divulgação de indicadores de sustentabilidade, ressalta-se que Ribeiro et al. (2009) e Brown, Jong e Levy (2009) observam que as empresas não obedecem às diretrizes GRI de forma padronizada.

De forma geral, entende-se que as empresas estão preocupadas em comunicar aos seus *stakeholders*, a partir de uma maior transparência, as questões relativas à sustentabilidade das suas atividades organizacionais, impactando, segundo Benites e Polo (2013), na sua credibilidade junto ao mercado em que atua. Além disso, Campos et al. (2013) acrescentam que quanto mais positivos ou negativos forem os indicadores de sustentabilidade evidenciados, maiores serão os impactos causados na percepção dos *stakeholders* acerca da empresa.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo investigar as práticas de evidenciação das maiores empresas brasileiras, dentre aquelas que apresentaram relatório de sustentabilidade com base nas diretrizes do GRI, segundo a natureza das suas atividades. Para o alcance desse objetivo, procedeu-se a uma pesquisa qualitativa, com Análise de Conteúdo dos relatórios de sustentabilidade de 33 empresas com o citado perfil.

Na média do grupo, percebeu-se um elevado nível de *disclosure*, destacando-se, nesse particular, as empresas com alto potencial de poluição, segundo a lei n. 10.165/2000. Dessa forma, confirma-se o pressuposto de que as empresas cujas atividades são classificadas como potencialmente poluidoras adotam práticas de evidenciação mais consolidadas.

De maneira mais pontual, verificou-se que os indicadores sociais são aqueles que mais proporcionam às empresas a oportunidade de discursar acerca de suas práticas de sustentabilidade voltadas para os colaboradores e a sociedade. Os indicadores econômicos e os ambientais se destacam como os mais objetivos, sendo geralmente apresentados em forma de ilustrações e com poucos comentários, exceto quando as empresas detalham suas principais práticas relacionadas a tais dimensões.

Percebe-se que as empresas procuram dar ênfase às informações que dizem respeito às medidas voltadas para mitigar elementos negativos e apresentam de forma mais objetiva os aspectos negativos decorrentes de sua operacionalização. Nesse sentido, identifica-se a busca das empresas pela legitimidade, principalmente nesses indicadores, já que é por meio deles que

se expõem suas principais medidas relativas à melhoria de vida das pessoas, bem como à preservação do meio ambiente, afetando diretamente a imagem constituída pelos *stakeholders*, que podem avaliar se são implementadas práticas socialmente responsáveis, e se estas são evidenciadas em seus relatórios de sustentabilidade.

Ressalte-se que as conclusões deste estudo não devem ser generalizadas, porquanto provenientes de um conjunto de dados referentes a uma amostra bem específica. Entretanto, elas servem para ampliar as discussões sobre *disclosure* de informações relativas à sustentabilidade empresarial. Considerando a limitação da amostra, sugere-se a realização de estudos posteriores com base em uma amostra mais representativa, assim como a utilização de análise quantitativa dos dados, para se verificar relações estatísticas entre as dimensões de informações observadas e entre as informações e as características das próprias empresas analisadas.

REFERÊNCIAS

AL-TUWAIJRI, S. A.; CHRISTENSEN, T. E.; HUGHES II, K.E. The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equations approach. **Accounting, Organizations and Society**, v. 29, n. 5-6, p. 447-471, 2004.

ANTUNES, David. Externalidades negativas sobre o meio ambiente. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 8, n. 18, 2009.

ASBAHR, Péricles. A responsabilidade socioambiental da indústria química. In: SEMINÁRIO SOBRE SUSTENTABILIDADE, 2., 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Centro Universitário Franciscano – FAE, 2007. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/seminariosut2_indicadores.asp>. Acesso em: 19 mar. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRAMMER, Stephen; PAVELIN, Stephen. Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure. **Business Strategy and the Environment**, v. 17, p. 120-136, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000. Altera a lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10165.htm>. Acesso em: 17 mar. 2011.

BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 6, Edição Especial, p. 195-210, 2013.

BROWN, H. S.; JONG, M.; LEVY, D. L. Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, p. 571-580, 2009.

CALIXTO, Laura; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; LIMA, Marilene Barbosa. Disseminação de informações ambientais voluntárias: relatórios contábeis versus internet. **Revista Contabilidade & Finanças** (online), v. 18, p. 84-95, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a08v18sp.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CAMPBELL, David. Intra-and intersectoral effects in environmental disclosures: evidence for legitimacy theory? **Business Strategy and the Environment**, v. 12, p. 357-371, 2003.

CAMPOS, L. M. de S.; SEHNEM, S.; OLIVEIRA, M. de A. S.; ROSSETTO, A. M.; COELHO, A. L. de A. L.; DALFOVO, M. S.. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão

- da Global Reporting Initiative. **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.
- CARDOSO, V. I. da C.; DE LUCA, M. M. M.; LIMA, G. A. S. F.; VASCONCELOS, A. C. de. Reputação corporativa nas empresas brasileiras: uma questão relevante para o desempenho empresarial? **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 21, p. 115-136, set./dez. 2013.
- CHO, C. H; PATTEN, D. M. The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: a research note. **Accounting, Organizations and Society**. v. 32, p. 639-647. 2007.
- CIOFI, José Leandro. **Uma investigação do nível de sustentabilidade das companhias de papel e celulose e a influência das informações financeiras sobre a qualidade da divulgação socioambiental**. 2010. 104 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2010.
- COELHO, Michele Queiroz. Indicadores de performance para projetos sociais: a perspectiva dos stakeholders. **Alcance**, v. 11, n. 3, p. 423-444, 2004.
- CONSULTORIA DELOITTE. **Lei Sarbanes-Oxley: guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos**. 2003. Disponível em: <[http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/guia_sarbanes_oxley\(1\).pdf](http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/guia_sarbanes_oxley(1).pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2012.
- COSTA, C. A. G DA. **Contabilidade Ambiental: mensuração, evidenciação e transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.
- DEEGAN, C.; BLOMQUIST, C. Stakeholder influence on corporate reporting: an exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, p. 343-372. 2006.
- DELAI, I.; TAKAHASHI, S. Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 2, n. 1, p. 19-40, 2008.
- FARIAS, K. T. R. **A relação entre a divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas**. 2008. 189 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- FARIAS, Kelly Teixeira Rodrigues; RIBEIRO, Maísa de Souza. A relação entre divulgação ambiental, desempenho ambiental e desempenho econômico nas empresas brasileiras de capital aberto: uma pesquisa utilizando equações simultâneas. In: IAAER-ANPCONT, 3., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpcont, 2009.
- GOMES JUNIOR, S. F.; GOMES, A. R. As Vantagens da Sustentabilidade Empresarial. **Revista Inovação**, Gestão e Produção - INGEPRO, vol. 02, nº. 06, agosto, 2010.
- GRI. Global Reporting Initiative. **Diretrizes para relatórios de sustentabilidade 2006**. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/_Uniethos/documents/gri_g3_portugues.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- INSTITUTO ETHOS. Disponível em <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 17 jun. 2012.
- HOPWOOD, A. G. Accounting and environment. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, p. 433-439. 2009.
- HOSSAIN, M.; ISLAM, K.; ANDREW, J. Corporate social and environmental disclosure in developing countries: evidence from Bangladesh. **Working paper**. Faculty of

Commerce, University of Wollongong, p. 1-24, 2006.

ISLAM, M. A.; DEEGAN, C. Motivations for an organization within a developing country to report social responsibility information: evidence from Bangladesh. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 21, n. 6, p. 850-868, 2008.

KAENZIG, Josef et al. Using life cycle approaches to enhance the value of corporate environmental disclosures. **Business Strategy and the Environment**, v. 54, n. 20, p. 38-54, 2011.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio de. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras**. 2007. 118 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-26112007-165145/>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

MAC-KNIGHT, V.; YOUNG, C. E. F. **Custo da poluição gerada pelos ônibus urbanos na RMSP**. In: Encontro Nacional de Economia, 34., 2006, Salvador. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A069.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

MACHADO, Márcio A. V.; MACHADO, Márcia R.; CORRAR, Luiz João. Desempenho do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 5, n. 2, p. 24-38, abr./jun., 2009.

MACHADO, M. R.; NASCIMENTO, A. R.; MURCIA, F. Dal-Ri. Análise crítica – epistemológica da produção científica em contabilidade social e ambiental no Brasil. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. **Anais Eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São

Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos92009/302.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2012.

MILANI, B.; RIGHI, M. B.; CERETTA, P. S.; DIAS, V. da V. Práticas de sustentabilidade, governança corporativa e responsabilidade social afetam o risco e o retorno dos investimentos? **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 5, Edição Especial, p. 667-682, 2012.

MORAIS NETO, S.; PEREIRA, M. F.; MACCARI, E. A. Classificando ações de sustentabilidade: uma análise de conteúdo de entrevistas de líderes. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 5, n. 1, p. 110-125, 2012.

MURCIA, Fernando Dal-Ri et al. 'Disclosure verde' nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, jan./dez. 2008.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. 249 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-21122005-101506/>>. Acesso em: 10 maio 2012.

NORMAN, Wayne; MacDONALD, Chris. **Getting to the Bottom of "Triple Bottom Line"**. Virginia, EUA: Business Ethics Quarterly, 2003.

OLIVEIRA, A. F. de; MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Evidenciação ambiental de empresas de setores potencialmente poluidores listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental – RGSA**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 20-37, jan./abril 2012.

PARSA, Sepideh; KOUHY, Reza. Disclosure

- of social information by UK companies: a case of legitimacy theory. **Global business & economics review**, 2001.
- PINSKY, V. C.; DIAS, J. L.; KRUGLIANSKAS. Gestão estratégica da sustentabilidade e inovação. **Rev. Adm. UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 3, p. 465-480, 2013.
- RIBEIRO, M. S. et al. Responsabilidade socioambiental no setor de papel e celulose. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.
- RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2009.
- RODRIGUES, Maria Cecília Prates. Avaliação da gestão social nas empresas: desafios e possibilidades. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: Anpad, 2005.
- ROVER, S.; MURCIA, F. D.; BORBA, J. A.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 3, art. 4, p. 53-72, 2008.
- ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; MURCIA, Fernando Dal-Ri. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 7, n. 1, p. 23-36, jan./jun. 2009.
- ROVER, S.; MURCIA, F. D. R. Influência do disclosure voluntário econômico e socioambiental no custo de capital próprio de empresas brasileiras. In: CONGRESSO ANPCONT, 4., 2010, Natal. **Anais...** Natal: Anpcont, 2010.
- SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais, teoria da legitimidade e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 17., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CBC, 2010.
- SPENCE, Crawford. Social and environmental reporting and the corporate ego. **Business Strategy and the Environment**, v. 18, p. 254-265, 2009.
- STANNY, Elizabeth; ELY, Kirsten. Corporate environmental disclosures about the effects of climate change. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 15, p. 338-348, 2008.
- STROBEL, Juliana S.; CORAL, Eliza; SELIG, Paulo M. Indicadores de sustentabilidade corporativa: uma análise comparativa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28., 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2004. CD-ROM.